

CARTA ABERTA CONTRA REMOÇÕES DA PPP HABITACIONAL NA CACHOEIRINHA, ZONA NORTE DE SÃO PAULO

A Parceria Público-Privada de Habitação do Município de São Paulo (também conhecida como PPP Casa da Família) foi lançada no início de 2018 pela Prefeitura e pela COHAB-SP, inaugurando na cidade uma espécie de política habitacional baseada em sua ampla concessão à iniciativa privada, sob a justificativa de que o Poder Público não seria capaz de executá-la por conta própria em razão de restrições orçamentárias.

Esta nova política pública prevê que Prefeitura e Cohab (o parceiro público) paguem prestações periódicas em dinheiro e concedam terras públicas, de sua titularidade ou a serem desapropriadas, às empresas vencedoras da licitação (o parceiro privado), que ficam encarregadas de ali implantar habitações de interesse social, de mercado popular (para faixas de renda mais altas), infraestrutura urbana, equipamentos públicos, empreendimentos comerciais, e prestar serviços públicos como a gestão condominial, a manutenção predial, de espaços livres e áreas verdes.

Para a região da Cachoeirinha, na Zona Norte, a PPP tem sua implantação prevista ao longo do Córrego do Bispo, na extensa terra que o margeia e onde moram mais de 5000 famílias trabalhadoras de baixa renda, em três grandes favelas consolidadas há mais de 30 anos e situadas em Zona Especial de Interesse Social 1 (destinada pelo Plano Diretor de São Paulo a garantir segurança na posse dos moradores e a regularização urbanística e fundiária participativa). Para implantar as meras 1800 unidades habitacionais previstas no projeto da PPP, esta terra terá de ser desapropriada e as famílias, removidas.

Não há qualquer compromisso com o atendimento habitacional dessas famílias, que sequer foram ouvidas. Mesmo se fossem atendidas nas 1800 moradias a serem produzidas, este número de unidades não seria suficiente para sequer metade das famílias atualmente ameaçadas e, pelos recortes de renda e regras de financiamento desta nova política, a esmagadora maioria delas não seria aprovada ou não conseguiria pagar a unidade habitacional (como tem acontecido na PPP estadual “Nova Luz”).

O Município, ao decidir construir, em parceria com entes privados, empreendimentos habitacionais em áreas já ocupadas por famílias trabalhadoras de baixa renda, sem as ouvir previamente e sem lhes destinar as unidades a serem construídas, demonstra o autoritarismo de uma gestão que vira as costas, de forma escancarada, ao interesse público. Com a insustentável justificativa de que executa política voltada à redução do déficit habitacional das camadas de baixa renda da sociedade, na verdade, responde a anseios que não se identificam com tal fim, pois deixará sem casa as famílias removidas.

Para agravar o quadro, em meados de 2019, a COHAB-SP, em acordo com seu parceiro privado (o Consórcio Habita Brasil, que venceu a licitação sem concorrentes), decidiu incluir no projeto outros três terrenos na Zona Norte da Cidade onde moram mais centenas de famílias, ampliando o número de pessoas ameaçadas de remoções sem atendimento habitacional.

As ocupações Parada Pinto, Imirim e Elza Guimarães garantem há mais de cinco anos moradia digna a 500 famílias trabalhadoras de baixa renda, e, ao serem incluídas na PPP Casa da Família, passaram a enfrentar graves ameaças de reintegração de posse, em processos judiciais com decisões liminares na iminência de serem cumpridas.

Tem-se, portanto, um projeto público que em suas intenções declaradas se propõe a reduzir o assombroso déficit habitacional da cidade de São Paulo, captando junto à iniciativa privada os recursos que o orçamento público estaria supostamente impossibilitado de prover, mas que, na prática, ameaça despejar sem atendimento habitacional 6000 famílias trabalhadoras de baixa renda que, em sua esmagadora maioria, não conseguirão acessar as meras 1800 unidades habitacionais a serem produzidas.

A Administração Municipal decide e executa, de dentro de seus gabinetes, uma política habitacional que não poderia ser mais distante da realidade e das necessidades daquelas pessoas que serão diretamente atingidas pelo projeto em questão. Arquiteta uma PPP sustentada pela suposta viabilidade econômico-financeira, que passa por cima, literalmente, de critérios voltados aos interesses coletivos e à dignidade humana.

Situação que se agrava no atual contexto de pandemia do novo coronavírus, em que ficar em casa é a medida mais recomendada pelas autoridades de saúde e pelos próprios gestores públicos deste Município. A PPP representa, portanto, uma política que piora de forma inaceitável a vida das famílias residentes nas áreas que são alvo de intervenção, ameaçando-as de serem despejadas na rua, em situação de maior vulnerabilidade, submetidas ao maior risco de contágio pelo vírus e, portanto, de morte.

As entidades abaixo assinadas repudiam veementemente esse contrassenso e exigem que as remoções sejam interrompidas.

A Política Pública Habitacional se destina a reduzir o déficit habitacional da cidade de São Paulo; não pode e não deve agravá-lo. Pra casa e pra família desses milhares de moradores e moradores da Zona Norte de São Paulo, a PPP só significa devastação.

#despejozero #atingidospelasPPPs

Associação Americanópolis

Associação Amigos do Jardim Julieta - Amaju

Associação Brasileira Santa Cruz - Abrasc

Associação Civil Sociedade Alternativa

Associação Cultural Cariri

Associação de Apoio ao Adolescente e à Família Mundo Novo

Associação de Moradia Jardim Casa Branca II e Adjacências

Associação de Moradores do Jd comercial e adjacências

Associação de Moradores e Amigos do Jardim Antártica - UMAJA

Associação de Moradorxs e Amigxs do Centro - Sampa

Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB

Associação dos Moradores Paula Machado Cisneiro

Associação dos Trabalhadores do Conjunto Residencial Vale das Flores

Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste e Noroeste

Associação Estrela Guia

Associação Futuro Melhor

Associação Jardim Casa Branca II

Associação Juizes para a Democracia - AJD

Associação Movimento Pró-Moradia Sítio do Campo

Associação Nacional dos Empregados da Caixa no Trabalho Social - Socialcaixa

Associação PiPA

Associação Ponta da Praia

Associação Recanto Cocaia

Associação Sócio Educativa e Cultural Projeto Alavanca Brasil

Associação Unidos na Luta Ide

Br Cidades Núcleo SP

Caritas Arquidiocesana de Brasília

Central de Movimentos Populares - CMP

Central Pro Moradia Suzanense - CEMOS

Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social - CENDHEC

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos

Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama

Coletivo Ana Primavesi de Estudos da Terra - CAPET

Comissão de Moradores da Comunidade Vila Praia

Comissão de Moradores da Viela da Paz

Comunidade Kolping São Judas Tadeu

Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM

Conselho de Saúde de Planaltina - DF

Conselho Gestor de ZEIS - Viela da Paz

Cooperativa Habitacional Central do Brasil - COOHABRAS

Escritório Modelo - PUC/SP

Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas - FNA

Fórum Regional de Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente Cachoeirinha

Forum Trabalho Social de Habitação São Paulo

Frente de Luta por Moradia - FLM

Grupo Contra o Racismo - D.P.H.11

Habitat para a Humanidade Brasil

Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU

Instituto Polis

Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade - LabCidade FAUUSP

Laboratório Justiça Territorial - UFABC

Luta Popular

Moradores Jardim Portal 2

Movimento Comunitário Trabalhista

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

Movimento de Moradia da Zona Oeste

Movimento de Moradia Inclusão Social MMIS

Movimento de Moradia Zona Nordeste Projeto Barra do Jacaré

Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD

Movimento dos Povos e Comunidades tradicionais do Campo e da Cidade

Movimento Habitacional e Ação Social

Movimento Nacional das Favelas e Periferias

Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM

Movimento Negro Unificado

Movimento Sem Terra Leste 1

Movimento Sem Teto da Bahia

Movimento Sem Teto Região Norte - MSTRN

Movimento Sem-Teto do Cento - MSTC

Movimento Vermelho

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST

Nascido para Lutar / Faixa Vermelha

Nova Frente Negra Brasileira - NFNB

Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública de São Paulo - NEHABURB

Observatório de Remoções - RMSP

Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de SP

Partido Socialista - PSTU

Rede contra remoções SBC

Salve Saracura

Somos Múltiplos

Unas HELIÓPOLIS

União de Associações de Moradia Paulistana - UAMP

União dos Movimentos de Moradia de São Paulo - UMM SP

Vermelho Moradia

Vermelho Para Lutar